



Neopentecostalismo e o Estado de Direito: entre o utilitarismo mágico e a (re)oxigenação moral

Lucas Farias de Vasconcelos Leite¹

1. O prólogo de um encantamento público

O presente trabalho consiste em um estudo maior, ainda em andamento, que se propõe a avaliar a interface entre religião e direito. Sinalizando, assim, para novos contornos adotados pelo funcionamento do Estado e da ordem política, nos quais frutificam os debates sobre laicidade, moralidade e direitos humanos.

O movimento religioso denominado de neopentecostalismo, representado como o praticado em Igrejas como a Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, Mundial do Poder de Deus, Renascer em Cristo e Sara Nossa Terra. Trata-se por um fenômeno que chamou a atenção pelo seu crescimento vertiginoso no final do século passado e início desse milênio e possui, entre outros aspectos marcantes de sua definição, a presença da magia em sua dinâmica ritualística, a aplicação de fortes campanhas proselitistas envolvendo apropriação de elementos oriundos de outras religiões, o uso das diversas mídias e tecnologias de comunicação em massa, e a inserção no funcionamento do Estado por meio de representantes políticos.

A expansão da atuação neopentecostal marcou a vida pública brasileira de várias formas, seja pelo seu *modos operandi* mágico, pelas pregações em praças públicas, as sessões de descarrego antecedidas de evocações do diabo, pela fixação no dinheiro² (dízimo), a compra de uma emissora de televisão, o episódio do “chute na santa”³, ou por episódios mais

¹ Licenciado em História e Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco. Leciona na Faculdade Escritor Osman da Costa Lins e na Faculdade Metropolitana da Grande Recife. lucasfvleite1@gmail.com

² Para mais detalhes sobre o sentido e importância do dinheiro no discurso neopentecostal, ver Silva (2006).

³ Um dos episódios maior repercussão na mídia, conhecido como o “chute na santa”, ocorreu quando um representante da Igreja Universal do Reino de Deus, o bispo Van Helde, chutou



recentes envolvendo discursos de parlamentares acerca de temas envolvendo os direitos humanos. A magia será entendida aqui como uma dimensão da experiência com o sagrado e marcada por uma lógica distinta da tradicionalmente atribuída à religião.

A imagem, muito desqualificada, que se faz do público neopentecostal é apropriada ou é a resposta dada por se tratar do movimento religioso (junto com os pentecostais tradicionais) que compõem a primeira forma de “religiosidade popular brasileira que rompe definitivamente com o vínculo católico”? (FRESTON, 1993, p. 278). A ausência de uma formação teológica intelectual e valorização de lideranças com experiência nas religiões combatidas como demoníacas (candombé, umbanda, espiritismo, como exemplo), ilustram a importância dada para o imprevisto e a desvalorização por explicações voltadas para a racionalização da fé.

Objetiva-se, dessa forma, analisar o desenvolvimento dessa modalidade religiosa no cenário cultural brasileiro, salientando o papel do pensamento mágico em sua lógica de funcionamento e sua inserção no Estado através de representantes políticos. Assim, parte-se de pressupostos antropológicos clássicos do estudo da magia e da religião, com Marcel Mauss e Émile Durkheim, no intento de iniciar passos seguros na reflexão, mas almejando novos caminhos para avaliar outras perspectivas para o estudo do fenômeno religioso na contemporaneidade.

Marcel Maus (2003), em seu *Esboço de uma Teoria Geral da Magia*, indica alguns pontos relevantes para a compreensão da lógica do pensamento mágico. Segundo Mauss, a “magia só tem parentesco verdadeiro com a religião, de um lado, e as técnicas e ciências de outro” (2003, p. 174). Essa será a premissa básica, adotada neste este trabalho, para analisar o pensamento mágico que interfere na dinâmica política brasileira.

Entendeu-se fulcral dispensar um significativo esforço em detalhar a natureza do pensamento mágico e sua lógica utilitária para, neste estudo, esclarecer sua real relação com os anseios dos grupos representados pelo neopentecostalismo na política. Daí em diante, buscou-se tecer um

uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil. O episódio foi transmitido em programa televisivo em rede nacional durante o horário nobre.



posicionamento crítico sobre as condições sócio históricas de formação e consolidação do pensamento mágico na cultura religiosa brasileira e os impactos no fundamento e funcionamento do Estado de direito.

2. Neopentecostalismo na esfera privada, pública e política

A expansão do neopentecostalismo no campo religioso brasileiro não pode ser vista como um fenômeno desirmanado da consolidação da racionalidade moderna – fruto de uma lógica de pensamento voltada para os interesses de uma sociedade em início de interação com anseios tipicamente urbanos, consumistas, burgueses. Entretanto, a estabilidade do neopentecostalismo como um fenômeno expressivo da religiosidade brasileira, não se distancia de aspectos históricos que definem a importância das religiões na vida das pessoas, notadamente as cosmovisões religiosas sempre estiveram presente como uma das principais responsáveis por conferir coesão à vida social.

As denominações religiosas do segmento neopentecostal surgiram em meados da década de 1970 e consolidaram um estilo próprio de relação com o sagrado em plena democratização da virada da década de 1980 para 1990. Justamente quando o capitalismo comemorava os louros pela vitória na guerra fria, a Teologia da Prosperidade entrava na vida da população de centros urbanos na voz de representantes das primeiras lideranças neopentecostais em rádios e programas de televisão.

O apelo pela prosperidade em aspectos da vida privada (afetiva, familiar e principalmente financeira) em oposição à luta contra seres e entidades demoníacas⁴, mostrou-se tão apropriado para a sociedade brasileira durante as três primeiras décadas de existência do neopentecostalismo que levou Ricardo Mariano a apontar, na virada do milênio, a Igreja Universal do Reino de Deus⁵, surgida em 1977, como “o mais

⁴ A grande maioria dos recursos e procedimentos de intervenção mágicos utilizados pelas denominações neopentecostais está situado nessa dicotomia: prosperidade/luta contra o mal. Para mais detalhes sobre esse aspecto da atuação neopentecostal, ver Leite (2010).

⁵ A igreja Universal do Reino de Deus foi fundada em 1977 num bairro periférico do Rio de Janeiro por dissidentes da Igreja Nova Vida. Já no Censo de 2000 aparece nas pesquisas como a sexta instituição religiosa com o maior número de adeptos (MEDEIROS, 2005).



surpreendente e bem-sucedido fenômeno religioso do país” (MARIANO, 2004, p. 125). Entre as razões do sucesso dessas denominações, podemos citar a oferta da solução para os problemas da vida privada através de mecanismos espirituais eficientes, estratégias de comunicação antenadas com os avanços tecnológicos da modernidade (rádio, televisão, internet, etc.) e uma incrível capacidade de adaptação do discurso teológico a novas demandas sociais.

Para além das características que definem o estilo de atuação das igrejas neopentecostais, seu surgimento

emerge em um período de grandes transformações sociais. Entre elas, o avanço, depois da crise de 1974, das ideias neoliberais. Embora tenham se manifestado de forma mais concreta no Brasil na década de 1990, as pressões por elas produzidas se fizeram sentir antes disso. Sob a égide do mercado, nada mais é tão importante do que o êxito financeiro e a consequente capacidade para consumir (SILVA, 2014, p. 155).

No movimento de adaptação à cultura urbana e à ética yuppie, os neopentecostais “ambicionam, sem culpa moral, consumir, ganhar mais dinheiro, conquistar um lugar ao sol, se dar bem na vida. Estão em busca de satisfação pessoal” (MARIANO, 1999, p. 232). Foi um momento histórico de crescimento de outros movimentos religiosos, em especial da umbanda, do espiritismo e de algumas variações de serviços espirituais voltados para os muitos problemas que acompanharam o inchaço urbano⁶.

Longe de fundar uma nova religião, o neopentecostalismo mergulha na imaginação religiosa para se apropriar de aspectos próprios das expressões religiosas mais bem sucedidas. Com isso, o ingresso de pessoas vindas de outras tradições ou instituições religiosas não é traumático; os que chegam encontram um discurso coerente com sua bagagem de crenças e sentem-se confortáveis com as ideias que lhes são apresentadas.

O referido segmento religioso apresenta seus rituais com uma espontaneidade que marca seu estilo de atuação, segundo Campos,

[...] dentro desse espaço que o pastor local exerce a sua liberdade e criatividade, incorporando à liturgia elementos da religiosidade

⁶ Segundo Paul Freston, o neopentecostalismo (considerado por ele como terceira onda do pentecostalismo) adapta-se às seguintes mudanças da sociedade brasileira: “o aprofundamento da industrialização; o inchamento urbano causado pela expulsão da mão-de-obra do campo; a estrutura moderna de comunicação de massa que no final dos anos 70 já alcança quase toda a população; a crise católica e o crescimento da umbanda; e a estagnação econômica dos anos 80” (1993, p. 95).



popular local. Dessa forma, o neopentecostalismo faz brotar de tronco matricial, onde se misturam tradições “pagãs”, católicas, afro-brasileiras, judaicas e protestantes (1997, p. 72).

Desde seu surgimento, as principais instituições representantes da referida denominação religiosa tem feito largo uso de recursos espirituais especializados na realização dos anseios sociais mais diversos. Visando atender às expectativas de uma classe média urbana, essas igrejas buscaram recursos no modus operandi da magia para levar estabilidade emocional, curas fisiológicas, harmonia nas famílias e prosperidade financeira a seus adeptos.

Segundo Mendonça (2008) as instituições neopentecostais, denominadas por ele como “pentecostalismo da cura divina” são caracterizadas da seguinte forma:

1. Características empresariais de prestação de serviços ou de oferta de bens de religião mediante recompensa pecuniária, com modernos sistemas de administração e marketing. Alguns já multinacionais;
2. Distanciamento da bíblia, usada esporadicamente sem nenhum rigor hermenêutico ou exegético, não estando afastado seu uso mágico;
3. Inexistência de comunidade. Seus frequentadores são clientes e a relação entre a “empresa” e o “cliente” é na base do *du et des*;
4. Como não há comunidade de adoração e louvor, o “culto” tem características de ajustamento de interesses na obtenção imediata de favores sagrados;
5. Intenso ambiente de magia. Os mágicos de plantão estão a serviço da “empresa mágica”, que traça normas gerais de práticas, mas outorga certa margem de liberdade às características de cada um (MENDONÇA, 2008, p. 143-144).

Ao compreender o mundo como povoado por seres sobrenaturais, a magia utiliza-se de meios para coagir tais forças (ou espíritos, ou deuses) com o fim de realizar os anseios cotidianos. Tal perspectiva mostra-se apropriada diante de conjunturas de dificuldades sociais para uma classe média imersa na instabilidade e tentada por toda sorte de propagandas consumistas (consumo de bens materiais e imateriais).

No universo de ação da magia, todos os interesses são deste mundo, são objetivos claros e bem definidos pragmaticamente diante da realidade. Não há nada metafísico, nenhuma ação é projetada para o outro mundo nem para o futuro. Na magia, todos os atos são referentes ao aqui e agora. (LEITE, 2010, p. 23).

O Neopentecostalismo compõe um movimento religioso marcado pela sistematização de práticas eficazes em produzir o efeito esperado na vida daqueles que recorrem a seus serviços. Muitas vezes, as igrejas apresentam um calendário classificando a finalidade dos rituais ofertados em diferentes



dias da semana, de maneira a possibilitar aos participantes uma adesão pontual ou meramente circunstancial.

O uso dos recursos midiáticos possui uma conotação claramente mercadológica, isso fica evidente ao observar a estratégia em uma análise macro: a implementação de uma igreja, da Universal do Reino de Deus, por exemplo, geralmente vem precedida da ativação de uma rádio nas localidades em que o templo será inaugurado. A rádio, como um eficiente veículo de comunicação, permite o avivamento de crenças tipicamente mágicas já presentes na imaginação religiosa brasileira (adaptando-se às mais comuns da localidade) e a interação com as pessoas locais em programas de consulta ao vivo. Os programas de televisão, sites e mídias sociais também possuem a mesma finalidade de dialogar com as representações da religiosidade brasileira populares.

Em todo caso, a utilização da mídia tem sido largamente utilizada como um recurso não só para as atividades espirituais, o potencial publicitário sempre foi explorado também para os negócios e para beneficiar os candidatos apoiados em disputas eleitorais.

3. Da política num passe de mágica ao passe de mágica da política

Para Louis Assier-Andrieu a existência do Estado depende visceralmente do direito, afirma: “o direito supõe o Estado⁷, e vice-versa” (2000, p. 21). Ou seja, os padrões normativos que definem o comportamento socialmente aceito, apenas podem ser aplicados com a legitimidade de uma organização coesa – ou forte – o suficiente para aplicar tais padrões, a construção de uma ordem social é concomitante ao surgimento de uma ordem política.

⁷ Definido por uma ordem jurídica, a estrutura dos Estados modernos é compreendida através da ideia do constitucionalismo, tal noção, de acordo com Goyard-Fabre, “permite pensar o direito [e por isso também o Estado] segundo as categorias da razão” (2002, p. 122). Uma vez dotado de uma lógica própria de funcionamento – o sistema de validade da norma através dela própria – o direito, enquanto sistema, não mais irá reconhecer outro fundamento para sua dinâmica que não o racional, capaz de produzir deduções normativas logicamente articuladas (numa estrutura escalonada de normas), visando conferir coerência às ações do Estado na consecução da ordem social (KELSEN, 1998).



No entanto, o surgimento do Estado de direito Brasileiro deu-se, bem como o de vários outros países do novo mundo, através do processo de colonização. Dessa forma, a ordem social e a ordem política não configuram imagens semelhantes. Levando em consideração o processo de modernização vivido nos países herdeiros da colonização europeia, as consequências de uma

modernização com expansão restrita do mercado, democratização para minorias, renovação das ideias, mas com baixa eficácia nos processos sociais. Os desajustes entre modernismo e modernização são úteis às classes dominantes para preservar sua hegemonia, e às vezes para não ter que justificá-la, para ser simplesmente a classe dominante (CANCLINI, 2013, p.69).

O Estado brasileiro desenvolveu-se seguindo as últimas tendências da cultura moderna europeia e mesma dinâmica excludente das classes elitistas descritas acima nas palavras de Canclini. As levas de aprimoramento do Direito Romano, que foram ganhando contornos cientificistas com o positivismo jurídico moderno, levantaram sólidas barreiras a uma possível identificação com a racionalidade dos grupos “analfabetos” na lógica do Estado.

Com as levas modernizantes da segunda metade do século XX, diante dos desafios envoltos na ocupação dos espaços urbanos perante a máquina da administração pública (licenciamento para construção de novos templos, compra de emissoras de rádio e televisão), o neopentecostalismo insere em seu arsenal de estratégias de difusão, a aliança política. O ingresso na vida política trouxe inúmeros benefícios ao crescimento de grandes igrejas, significativas mudanças na dinâmica da política e sinalizam para consequências ainda pouco compreendidas.

Dois aspectos, acerca desse fato, chamam atenção: o contorno utilitário atribuído ao pensamento mágico dos adeptos do neopentecostalismo, que legitimam e exigem um estilo de atuação dos representantes políticos eleitos em virtude do conteúdo de seus discursos religiosos; e a incoerência de uma lógica de racionalidade incapaz de compreender a complexidade da estrutura burocrática do Estado de direito definida por princípios e valores de natureza filosóficos e que, por isso, sinalizam para o Estado como uma organização impessoal e abstrata.



Discutir a natureza do parentesco das práticas mágicas com a religião implica avaliar o universo e o contexto das pesquisas desenvolvidas por Mauss, e uma plêiade de notáveis pesquisadores contemporâneos e antecessores às suas ideias, pois não havia como prever o impacto da ascensão do individualismo sobre os movimentos religiosos. A sua época, Mauss precisa:

enquanto a religião tende a metafísica e se absorve na criação de imagens ideais, a magia escapa por mil fissuras da vida mística, onde vai buscar suas forças, para misturar-se a vida leiga e servi-la. Ela tende ao concreto, assim como a religião tende ao abstrato. Trabalha no mesmo sentido em que trabalham nossas técnicas, industriais, medicina, química, mecânica, etc. (2003, p.174).

Durkheim fala na existência as duas formas básicas de relacionar-se com o sagrado: religião e magia. Ambas envolvendo um universo de crenças e mitos, ritos e dogmas. Entretanto, enquanto a religião estará associada ao funcionamento da sociedade por um sistema coletivo de representações simbólicas, a magia voltar-se-á para a busca de “fins técnicos e utilitários” (DURKHEIM, 1996, p. 26).

Contudo, atualmente estamos diante de um cenário no qual as instituições responsáveis pela relação com o sagrado, assim como o fenômeno religioso em si, agem em uma esfera privada da vida social, consequência de um processo deveras complexo, a secularização⁸. A racionalização moderna, ao transformar as estruturas sociais e mentais das sociedades ocidentais, irá outorgar às relações com o sagrado a existência apenas na esfera privado da vida; separada do Estado e isolada da ciência, a busca por conexão com uma dimensão sagrada da existência é fruto, desde o advento da racionalidade moderna (secularizante), de uma escolha pessoal.

Para Carlos Alberto Steil (2008), as religiões na sociedade global são marcadas por uma supervalorização do misticismo em contraponto com uma prática mais pedagógica e educativa, característica tradicional das religiões.

⁸ O presente estudo segue a linha de raciocínio de Peter Berger: “Por secularização entendemos o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos. [...]Ela afeta a totalidade da vida cultural e da ideação e pode ser observada no declínio dos conteúdos religiosos nas artes, na filosofia, na literatura e, sobretudo, na ascensão da ciência, como uma perspectiva autônoma e inteiramente secular, do mundo” (BERGER, 2003, p. 119).



Diante da cena atual, pode-se até mesmo cogitar o acompanhamento das tendências capitalistas e mercadológicas pelas instituições religiosas.

É nesse sentido que a magia está associada à “arte de fazer”, ao domínio da técnica descrito por Mauss (2003). Mas não uma técnica qualquer, penetra no misticismo e manipula forças ocultas⁹ (geralmente há muito já visualizadas pela comunidade que legitima sua existência) e converte a realidade em imagens vislumbradas pela crença nas forças sobrenaturais que as executaram.

A magia ganha espaço entre os mecanismos de resolução dos problemas cotidianos, muito em virtude da preexistência da crença em artifícios dessa natureza e da ineficiência do Estado em promover um desenvolvimento social apropriado às expectativas de grupos menos favorecidos pela lógica capitalista. Ao voltar-se para o universo simbólico de intervenção da magia, uma pessoa deve crer em possibilidades que estão além da racionalidade, pois de acordo com Mauss a magia ocorre pela manipulação de forças ocultas (místicas à razão) com a finalidade de realizar algo (2003).

O pensamento mágico torna-se, doravante, um dos elementos precípuos para compreender os novos contornos da política brasileira com a atuação – no cenário político partidário – cada vez mais intensa de representantes religiosos, sobretudo de figuras públicas que reproduzem o discurso do neopentecostalismo no exercício de suas funções. Pois com a crise de credibilidade que paira sobre os representantes políticos de carreira, o voto de confiança para um “homem de Deus” – ou alguém indicado por Ele – é concebido com naturalidade pelos adeptos.

A fé nos resultados – graças alcançadas – em ritos de libertação, prosperidade ou cura obtidos pelos “fiéis”, sob a condução de lideranças religiosas tem gerado a crença na existência de um poder de realizar feitos incríveis na vida das pessoas. E, seguindo a mesma linha de raciocínio, as

⁹ A magia está ligada à ciência pelo universo de conhecimentos que fundamentam sua aplicação; o mago é antes de tudo uma pessoa dotada de vasto conhecimento sobre algo. Muitas foram as contribuições fornecidas pela magia ao estudo medicinal das ervas, por exemplo.



causas coletivas aos poucos foram sendo almeçadas pelo discurso neopentecostal, com uma leve diferença, a resolução desses problemas não ocorre nas igrejas, mas nos cargos do legislativo e executivo.

Os adeptos do neopentecostalismo, e com isso também boa parte da massa de eleitores que elegem os candidatos apoiados por líderes religiosos, fazem parte de um

Conjunto social que se encontra em condições de vulnerabilidade social, mas que deseja se integrar, material e moralmente, à vida social em sua lógica hegemônica – privatista, hedonista e competitiva –, materializa a figura do indivíduo como matriz do interesse no registro da modernidade periférica brasileira (ANTONIO; LAHUERTA, 2014, p. 70)

Tratando-se de pessoas oriundas de grupos sociais dotados de baixo capital cultural – e, por isso, socializados com valores e conteúdos reflexivos divergentes da lógica formal das ciências modernas que, entre outros constructos, edificaram a estrutura burocrática do Estado – o acesso à justiça e à participação social¹⁰ mostram-se distantes o suficientes da compreensão desses grupos para serem imaginados como exequível apenas por intervenções mágicas.

Em linhas gerais, é possível dizer que o neopentecostalismo cresce entre esse segmento da população; dos quais muitos são iletrados, oriundos das periferias dos grandes centros urbanos, privados das condições básicas de cidadania e imersos em uma instabilidade econômica. Assim, é possível afirmar que eleger um representante cujo discurso é identificável como coerente perante a racionalidade utilitária dos adeptos do neopentecostalismo, significa alimentar a esperança de sair da condição de abandono estatal no qual boa parte desse público se encontra.

Não seria novidade enxergar, em um discurso político brasileiro, promessas para resolver todos os problemas e dificuldades da população brasileira. Entretanto, inserir tais promessas em uma cosmovisão mágica tem sido recorrente entre a esmagadora maioria dos representantes políticos, apoiados pelas denominações neopentecostais. Uma vez que, ao associar o

¹⁰ O acesso à justiça e à participação social como definidos pela concepção eurocêntrica de Estado e direito. Na dinâmica social, os resquícios de uma colonização opressora e de uma modernização tardia e ineficiente permitiram à população brasileira constituir outros modelos (informais) de justiça e de participação social, dos quais muitos são percebidos como marginais pela cultura hegemônica que conduz as ações do Estado.



sucesso nas eleições à prosperidade e à perseguição, ou o risco de derrota como influência dos mesmos seres sobrenaturais combatidos nos rituais neopentecostais, pode-se perceber a utilização do discurso mágico com a finalidade de angariar eleitores.

Tal transposição pode ser vista com coerência se adentrarmos na mentalidade da crença na magia, pois

As necessidades reais, comuns e constantes que a magia satisfaz dão a ela sua razão de ser, sua coerência. É claro que as idéias dos grupos podem ser feitas de elementos contraditórios. Mas as contradições são ao mesmo tempo inevitáveis e úteis (MONTEIRO, 1990, p. 46).

E o são de fato, sobretudo no mundo da magia, a contradição atende aos efeitos utilitários ao qual propõe responder, no cotidiano e na política irá funcionar da mesma forma. Por um lado há uma clara oscilação do apoio dos representantes políticos a filiações partidárias para fins de manutenção na ocupação de cargos políticos (SOUZA, 2013, p. 117-128); de outro, o “poder” ou “carisma”, típico dos magos, é creditado a tais políticos por fiéis.

Tal aspecto gera um fenômeno relevante ao presente trabalho, os fiéis associam o posicionamento moral defendido por tais lideranças políticas/religiosas como geradores de resultados, na mesma lógica dos efeitos produzidos por um rito mágico. Uma vez que os valores morais – sobretudo aqueles associados à descriminalização de drogas, consumo de bebidas alcoólicas, proibição do aborto e união homoafetiva – passam a serem vistos como recursos políticos, merecendo ainda mais atenção, quando os referidos posicionamentos passam a almejar a produção político-normativa, através do legislativo.

4. À guisa de considerações finais: apontamentos sobre uma (re)oxigenação moral

O processo de entrada do neopentecostalismo, bem como pentecostalismo e de outros movimentos religiosos, no cenário político representa, primeiramente e acima de tudo, a vontade de verem os anseios dos grupos filiados a essas denominações contemplados pelas ações formais das esferas do Estado (legislativa, executiva e judiciária). Seguindo o desejo



de verem-se como partícipes na construção da realidade social, desejo esse legitimado pelos princípios constitucionais do Estado democrático de direito.

Entretanto, tal movimento tem sido visto com desconfiança e preocupação por segmentos políticos e intelectuais (SOUZA, 2013; ANTONIO; LAHUERTA, 2014). É comum ver, na comunidade científica, o assunto ser debatido, tendo, como ponto de referência, a diminuição da abrangência católica em detrimento da expansão neopentecostal (ou mesmo pentecostal, quando se aborda como um mesmo fenômeno).

Tratar da entrada do neopentecostalismo na política a partir do olhar sobre o pensamento mágico que o caracteriza, desperta mais um possível estranhamento se a magia for vista como uma maneira de relação com o sagrado inferior à religião (típica de culturas antes ditas como primitivas), e não como uma manifestação dotada de racionalidade complexa – presente e em sintonia com a cultura das técnicas e tecnologias do consumismo contemporâneo.

O discurso colonizador europeu outorgou o pensamento mágico o espaço da marginalidade, da informalidade e, muitas vezes, da criminalidade. Práticas mágicas foram perseguidas, julgadas e condenadas até emergirem das periferias de grandes centros urbanos e berrarem nas praças os testemunhos de eficiência.

O neopentecostalismo apropria-se de tais manifestações e as insere num cenário formal, em igrejas nas avenidas, gravatas no pescoço e com bíblias nas mãos quando antes eram centros discretos, adereços extravagantes e objetos incomuns. A magia é a mesma e totalmente diferente; a mesma lógica, mas agora com outro significado social: discursa em público, sai no rádio, passa na televisão, e... elege políticos, seus políticos.

Ao conquistar espaços na vida privada e pública da sociedade brasileira, o neopentecostalismo, começa a trilhar, ao que parece, seus próprios passos. A luta contra o mal (“guerra santa”) iniciada com a ofensiva contra as religiões de matriz africana, para garantir as promessas de prosperidade (descritas na Teologia da Prosperidade), ultrapassa a vida privada e ganha a estrutura política da administração pública e do legislativo.



De certo, o utilitarismo mágico, ao ser transposto para a dinâmica da política, carrega consigo os elementos da crença que fundamenta seu resultado. E, aos olhos da cultura jurídica que define a estrutura política, adquire contorno chauvinista de uma prática religiosa, ofendendo assim, princípios basilares dos cânones do direito moderno – a exemplo da laicidade do Estado, a liberdade, a igualdade, isonomia no tratamento, etc. – e colocam em cheque muitas das conquistas socioculturais atreladas à aplicação dos direitos humanos na construção da valorização da diversidade e coexistência pacífica através do acesso à justiça e à participação social.

Destarte, percebe-se, a partir das ideias coligidas, e desenvolvidas até aqui, que uma avaliação sobre a inserção de outros padrões morais na dinâmica interna da estrutura do Estado, revela a incapacidade (ou falta de vontade política?) de interagir com outras lógicas e racionalidades diferente da eurocêntrica que fundamenta nosso ordenamento jurídico-estatal. E, por mais contraditório que possa parecer, esse movimento consiste, ainda assim, numa respirar de novos ares para autorreflexão sobre as bases morais que devem fundamentar o Estado de direito.

A partir das reflexões aqui desenvolvidas, indica-se, para futuros apontamentos, o aprofundamento da avaliação sobre as consequências das novas dinâmicas político-normativas surgidas com uma maior participação religiosa no universo estatal. A (re)oxigenação moral provinda da interface entre grupos neopentecostais e o Estado brasileiro exige um aprofundamento mais preciso e detalhado para não incorrer no risco de uma análise superficial e moralista.

Referências

ASSIER-ANDRIEU, Luis. O Direito nas Sociedades Humanas. Tradução de Maria Ermanita Galvão. Martins Fontes: São Paulo, 2000.

ANTONIO, Gabriel Henrique Burnatelli de; LAHUERTA, Milton. O neopentecostalismo e os dilemas da modernidade periférica sob o signo do novo desenvolvimentismo brasileiro. In: Revista brasileira de Ciência Política. Nº 14, Brasília, maio – agosto de 2014, p. 57-82. Disponível em:



<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n14/0103-3352-rbcpol-14-00057.pdf> Acessado em 12 de agosto de 2015.

BERGER, Peter L. O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. Tradução de José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulinas, 1985.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. Petropolis: Umnesp, 1997.

CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas. Tradução de Heloísa P. Cintrão. São Paulo: Edusc, 2003.

DURKHEIM, Emile. As formas elementares de vida religiosa: O sistema totêmico na Austrália. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FRESTON, Paul . Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1993. Orientação de Sergio Miceli Pessoa de Barros.

GOYARD-FABRE, Simone. Os fundamentos da ordem jurídica. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEITE, Lucas Farias de Vasconcelos. A dimensão institucional da magia no neopentecostalismo: o papel decisório do poder mágico como atrativo à adesão religiosa na Igreja Universal do Reino de Deus. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), UNICAP, Recife, 2010 . Orientação de Drance Elias da Silva.

MARIANO, Ricardo. A expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. In: Estudos Avançados, ano 18, n. 52, p. 121-138, 2004. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000300010&script=sci_abstract&tIng=en acessado em 11 de Agosto de 2015.

_____. Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999.

MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. Tradução de Paulo Neves, São Paulo: Cosac & Naify. 2003.



MEDEIROS, Rangel de Oliveira. Igreja Universal do Reino de Deus: a construção discursiva da inclusão e da exclusão social – 1977- 2004. Dissertação (Mestrado em História Cultural), UFSC, Florianópolis, 2005. Orientação de Artur César Isaia.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. Protestantes, pentecostais & ecumênicos: o campo religioso e seus personagens. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2008

MONTERO, Paula. Magia e pensamento mágico. São Paulo, Editora Ática, 1990.

SILVA, Drance Elias da. A sagração do dinheiro no neopentecostalismo: religião e interesse à luz do sistema da dádiva. Tese (Doutorado em Sociologia), UFPE, Recife, 2006. Orientação de Paulo Henrique Martins de Albuquerque.

SILVA, Janete Rodrigues da. *Movimento neopentecostal, Renovação Carismática Católica, e a reformulação da teodiceia cristã na contemporaneidade*. Tese de Doutorado em Sociologia, Unb, Brasília, 2014. Orientação de Mariza Veloso Motta dos Santos.

SOUZA, André Ricardo de. Meandros da força política evangélica no Brasil. In: *Cultura y religion*. Vol. 7, nº2, junio-diciembre 2013, p. 117-128. Disponível em:

<http://www.revistaculturayreligion.cl/index.php/culturayreligion/article/view/392> Acessado em 17 de agosto de 2015.

STEIL, Carlos Alberto. Oferta simbólica e mercado religioso. In: MOREIRA, Alberto da Silva; OLIVEIRA, Irene Dias de (org.). *O futuro das religiões na sociedade global: uma perspectiva multicultural*. São Paulo: Paulinas, 2008.